

## O COMPARATISMO E SEUS DIÁLOGOS NOS TEMPOS DE HOJE

*Eduardo F. Coutinho*<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Como a Literatura Comparada é uma disciplina que já surgira sob o signo da transversalidade, não somente por transpor as fronteiras das nações e/ou dos idiomas que serviam de base para o estudo das literaturas nacionais ou pertencentes a um mesmo sistema lingüístico, como também pela interdisciplinaridade com relação tanto às demais formas de manifestação artística quanto a outras searas do conhecimento, ela foi marcada na segunda metade do século XX por um acirramento do diálogo entabulado com as demais disciplinas, particularmente no que diz respeito à troca de conceitos e categorias e à interferência de objetivos de uma área na outra. Neste texto, focalizaremos algumas amostras representativas deste diálogo, principalmente no que concerne às relações entre o comparatismo e algumas das correntes mais recentes do pensamento que com ele se têm imbricado, como os Estudos Culturais e Pós-Coloniais, ou a áreas do conhecimento que com ele vêm mantendo hoje um acentuado intercurso, como a própria História e a Geografia.

**Palavras-chave:** Literatura Comparada, diálogo interdisciplinar, Estudos Culturais e Pós-Coloniais.

### **Abstract:**

Since Comparative Literature is a discipline marked by a crisscross character, not only for transposing barriers between nations and/ or languages that formed the basis of the study of national literatures or of literatures pertaining to the same linguistic system, but also due to its interdisciplinary nature in relation to both the other forms of aesthetic manifestation and to other areas of knowledge, it was characterized in the second half of the 20<sup>th</sup> century by a deepening of the dialogue established with the other disciplines, particularly as regards the interchange of concepts and categories and the interference of interests and goals of an area into the other. In this text, we will mention a few examples representative of this dialogue, especially on what concerns the relationship between Comparativism and some of the recent currents of thought that have been interacting with it, such as Cultural and Post-Colonial Studies, or some of the areas of knowledge that have been keeping with it a fruitful intercourse, such as History and Geography.

**Keywords:** Comparative Literature, intercultural dialogue, Cultural and Post-Colonial Studies.

Se o conceito de “fronteira” traz no seu sentido denotativo a idéia de delimitação de campos, suas implicações são tantas, que chegam a sugerir o seu contrário, ou, melhor, a noção de “área indefinida”, “móvel” ou “esgarçada”, e culturalmente problemática, para onde convergem múltiplas tensões e onde se vive numa cordabamba, oscilando entre pólos opostos, e por vezes até contraditórios, enfrentando toda sorte de conflito. Esse sentido, numa primeira instância negativo, tem, contudo, também a sua contrapartida, e pode ser visto como o espaço do diálogo, da troca e de um possível entendimento, o local de um enriquecimento gerado pela própria diferença entre os elementos que se enfrentam. A preocupação com a delimitação de fronteiras,

---

<sup>1</sup> Eduardo De Faria Coutinho é Professor Titular de Literatura Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Diretor do Centro de Estudos Afrânio Coutinho (CEAC).

tão comum na *episteme* iluminista, é um dos pontos nevrálgicos do combate que vem dominando cada vez mais o meio acadêmico ocidental. De acordo com a *Weltanschauung* pós-moderna, que varreu as plagas ocidentais na segunda metade do século XX, o conhecimento é visto como eminentemente instável, não mais se justificando a compartimentação dos saberes, máxime no âmbito das instituições de ensino. As disciplinas, tendo surgido mais ou menos com o advento da modernidade e com a necessidade por esta acarretada de divisão do trabalho, instituíram-se com o fim de determinar e ordenar a atuação dos indivíduos na sociedade, delimitando espaços que não deveriam ser ultrapassados. Decorreu daí um fascínio pela delimitação de campos e o conseqüente controle das fronteiras disciplinares. A interdisciplinaridade, ou transdisciplinaridade, era em geral inadmissível e, nos poucos casos em que era cogitada, era vista como uma invasão de território e imediatamente descartada. Atualmente, porém, com o questionamento empreendido em torno de noções até então pouco ou nada discutíveis, como a de “identidade”, que vêm sofrendo constante reconfiguração, o confinamento das disciplinas dentro de seus próprios limites revelou-se absolutamente inadequado, e não só a interdisciplinaridade tornou-se uma palavra de ordem na apreensão do conhecimento, como as próprias fronteiras entre as disciplinas ou áreas do saber passaram a ser alvo de constante e intensa indagação.

A Literatura Comparada, disciplina surgida no século XIX, à época da grande voga dos estudos de teor comparatista, e marcada pelo positivismo e historicismo então dominantes, sempre ocupou, no quadro das ciências humanas do período, um lugar *sui generis*, por se ter constituído como disciplina acadêmica em oposição ao estudo das chamadas “literaturas nacionais”, e por ser portanto desde o início caracterizada por uma perspectiva transdisciplinar. Ao contrário das primeiras, que tinham como objeto de estudo a produção literária das diferentes nações, concebidas como entidades políticas homogêneas, a Literatura Comparada transitava pela esfera das diversas literaturas nacionais, abordando-as em suas relações, e instituindo um cânone próprio, composto de obras oriundas dessas distintas nações, que muitas vezes se expressou sob o rótulo, hoje profundamente discutível, de “tradição ocidental”. Além disso, desde seus primórdios, a disciplina incluiu estudos comparativos entre a produção literária e as demais formas de manifestações artísticas, bem como entre a literatura e outras áreas do saber, em especial setores das Humanidades considerados afins, como a História e a Filosofia. No entanto, apesar do seu caráter eminentemente transnacional e

interdisciplinar, a Literatura Comparada nunca chegou em sua fase de configuração e consolidação, a questionar os marcos que lhe serviam como referenciais – conceitos, por exemplo, como os de “nação”, “idioma” e da própria “literariedade” – e conseqüentemente nunca perdeu de vista completamente o alcance de sua transdisciplinaridade. Ela estudava, por uma óptica comparatista, manifestações artísticas distintas e mergulhava com alguma freqüência na seara de outras disciplinas, mas mantinha consciência clara da extensão de suas incursões.

Mas se a Literatura Comparada, apesar do seu cunho interdisciplinar e do afã de se autodefinir que marcou toda a fase referida, indicando a maleabilidade de seus limites, sempre demonstrou reconhecer fronteiras entre as disciplinas – um estudo comparatista sobre o tema do incesto ou da revolução, por exemplo, era abordado por um viés que enfatizava o literário e não o psicanalítico ou o sociológico respectivamente, com o objetivo explícito de deixar clara a diferença entre as duas áreas – hoje estas fronteiras foram lançadas por terra, em conseqüência do questionamento que vem sendo empreendido cada vez com mais vigor em torno de seu próprio objeto de estudo – a obra literária – e dos demais pilares que até então sustentaram a sua construção, como os conceitos de “nação” e “idioma”. Até recentemente a obra literária era vista como uma espécie de “fato natural” e os discursos que se erigiam sobre ela partiam dessa premissa: tratava-se de um texto que em algum momento fora definido como literário. Agora, porém, este privilégio concedido ao texto literário vem sendo posto em xeque, tornando problemático todo tipo de estudo que o toma como ponto de partida. Para muitos estudiosos, não há na realidade um discurso literário – a literatura é uma prática discursiva intersubjetiva como muitas outras – e sua especificidade, ou, melhor, sua “literariedade”, não passa de uma construção elaborada por razões de ordem histórico-cultural. Do mesmo modo, a “nação” e o “idioma”, que até então constituíram referenciais seguros para a Literatura Comparada, hoje se revelam como constructos frágeis, sem nenhuma base de sustentação. A primeira, dado originário do que veio a constituir-se como “literaturas nacionais”, contraponto fundamental dos estudos comparatistas, é agora vista como uma “comunidade imaginada”, com o mesmo peso de outras calcadas em referenciais distintos, como língua, etnia ou religião; e o segundo, responsável por conferir homogeneidade a um *corpus*, que funcionou muitas vezes como alternativa para a idéia de “nação”, revela-se agora como construção datada, baseada em interesses puramente políticos e hegemônicos.

Esta transformação por que passou a Literatura Comparada, de uma prática coesa e unânime de comparação de autores, obras e movimentos literários, que reforçava a identificação arbitrária de estados-nações com idiomas nacionais vistos como suas bases naturais, para uma reflexão mais ampla, consciente de sua própria condição de discurso e do *locus* de sua enunciação, que veio a questionar inclusive seu próprio objeto de estudo, constituiu uma verdadeira reviravolta na agenda da disciplina, que o crítico Hillis Miller muito bem expressou ao referir-se a uma mudança de ênfase do estudo retórico intrínseco da literatura para o estudo de suas relações extrínsecas e sua localização nos contextos histórico, psicológico e sociológico (MILLER, 1989:102). Agora, o interesse maior do comparatista deslocou-se, entre outras coisas, da preocupação com a natureza e função da literatura no plano internacional, para a tentativa de compreensão das diversas contradições da categoria do literário em diferentes culturas. A contextualização tornou-se uma palavra de ordem nos estudos comparatistas e o estético passou a ser visto como um valor entre outros, sempre associado a fatores de outra sorte, que incluem necessariamente o político. Tal reviravolta, contudo, não se deu apenas no âmbito da Literatura Comparada; ela é um fenômeno que pode ser claramente observado no seio dos estudos humanísticos de maneira geral de meados do século XX ao presente.

Na primeira metade do século XX, os raios do Iluminismo que dominaram a visão de mundo ocidental nos séculos precedentes, haviam talvez atingido seu grau máximo de intensidade, e, a despeito dos sinais de exaustão que já se começavam a apresentar, observava-se, no campo das ciências humanas, forte preocupação com uma espécie de aproximação às ciências exatas e naturais, e tal se expressava freqüentemente por um afã de universalização, que deixava de lado toda diferença específica, ignorando as circunstâncias históricas que cercavam fatos, fenômenos e acontecimentos. No caso dos estudos literários, esse afã se verificou através de uma supervalorização do elemento estético, de uma espécie de “aura” do produto literário, que o tornaria distinto e superior a todo e qualquer outro tipo de discurso. O estético, embora nunca pudesse ter sido mensurado, e conseqüentemente definido com certa exatidão, era aceito com naturalidade e tomado como referência para distinguir a produção literária de qualquer outro tipo de produto, situando-o numa esfera hierárquica superior. No entanto, com a dificuldade de mensuração e delimitação do que seria o estético, tomou-se por base a tradição conhecida – as obras que tinham sido consagradas até então com o selo do

estético – e estas adquiriram um caráter de exemplaridade, erigindo-se como padrões de referência. Ora, como as obras conhecidas e marcadas com esse selo eram as provenientes das culturas mais poderosas, e em especial do Ocidente, a consequência inevitável foi a instituição dessas culturas como modelares, criando-se assim dois elementos-chave que funcionaram durante um longo tempo como marcos para os estudos literários: uma noção de estético calcada na prática tradicional e um cânone consagrado por esta mesma prática.

Essa preocupação com a construção de categorias universais, já presente nas correntes imanentistas que permearam o meio intelectual do Ocidente desde a década de 1920, como o Formalismo Eslavo, a Estilística Espanhola e Teuto-Suíça, a *Explication de Texte* francesa e o New Criticism anglo-americano, encontrou no campo dos estudos literários sua mais forte expressão no período de domínio do movimento estruturalista, máxime em sua fase inicial, que correspondeu, em grande parte, ao apogeu da chamada Escola Americana de Literatura Comparada, marcada primordialmente pela preocupação com o caráter autotélico do texto. A partir daí, no entanto, iniciou-se uma sorte de reação que começou a pôr em xeque o cunho universalizante das propostas de abordagem do fenômeno literário e dos padrões de avaliação, e voltou com força total a preocupação com o elemento histórico, não mais evidentemente na perspectiva do historicismo novecentista, mas como dado fundamental no processo tanto de produção quanto de recepção da literatura. A obra de arte não surgia do nada, mas antes de um contexto histórico-cultural determinado e era transportada para outro ou outros; assim, o estudo desses contextos adquiriu uma feição fundamental na abordagem de qualquer manifestação artística. Para a importância que os comparatistas passaram a dar então para a contextualização, tiveram papel de destaque a Escola Soviética de Literatura Comparada – descoberta por essa época no Ocidente – que reunira de modo bastante instigante contribuições do Formalismo e do Marxismo, e o grupo de filósofos pós-estruturalistas franceses, que puseram por terra os pilares da metafísica ocidental, desvendando as estruturas de poder camufladas nas suas construções, e puseram em questão as bases dos saberes da modernidade.

Como a Literatura Comparada é uma disciplina que já surgira sob o signo da transversalidade, não somente por transpor as fronteiras das nações e/ou dos idiomas que serviam de base para o estudo das literaturas nacionais ou pertencentes a um mesmo sistema lingüístico, como também pela interdisciplinaridade com relação tanto às

demais formas de manifestação artística quanto a outras searas do conhecimento, ela não podia ficar à margem de tais transformações, e a mudança talvez mais expressiva por ela experimentada foi o acirramento do diálogo entabulado com as demais disciplinas, particularmente no que diz respeito à troca de conceitos e categorias e à interferência de objetivos de uma área na outra. As fronteiras, embora tênues, que ainda marcavam o comparatismo foram amplamente esgarçadas, e a disciplina, além de absorver elementos de outras e de prestar subsídios a suas elaborações, tem-se erigido como espaço de reflexão sobre a produção, a circulação e a negociação de objetos e valores, contribuindo assim de maneira decisiva para a esfera mais ampla dos Estudos de Humanidades. Não nos podendo estender aqui sobre essa questão, dada a amplitude de sua dimensão, limitar-nos-emos a algumas amostras representativas, principalmente no que concerne às relações entre o comparatismo e algumas das correntes mais recentes do pensamento que com ele se têm imbricado, como os Estudos Culturais e Pós-Coloniais, ou a áreas do conhecimento que com ele vêm mantendo hoje um acentuado intercuro, como a própria História e a Geografia. Antes, porém, registre-se uma observação a respeito da terminologia empregada pela disciplina.

Tratando-se o comparatismo de um discurso sobre o literário, que difere dos demais estudos da literatura pelo seu cunho mais abrangente, o jargão empregado pela disciplina é o mesmo desses estudos, que provém dos três discursos básicos construídos sobre o fato literário – a teoria, a crítica e a historiografia – não se justificando a acusação, freqüentemente feita de que a Literatura Comparada não tem um discurso próprio. As relações da Literatura Comparada com esses três tipos de discurso já foram fartamente explorados e não nos vamos deter nos meandros dessa argumentação. Cabe apenas lembrar que, pese as especificidades desses discursos, todos eles apresentam vínculos estreitos com o comparatismo, sendo freqüentemente incluídos na esfera dessa disciplina. No caso da Historiografia literária, bastaria lembrar que o comparatismo surgiu intimamente associado a ela, dado o historicismo dominante na segunda metade do século XIX, e no da Crítica, cremos ser suficiente recordar a afirmação de Wellek, já em 1958, de que a separação desses dois discursos não tem base de sustentação, uma vez que a avaliação está calcada em procedimentos comparativos. No caso da Teoria, finalmente, observe-se, se não mais, o fato óbvio de que a reflexão comparatista se acha na base de qualquer formulação teórica, e conclua-se com a lembrança de Godzich de que não há nenhuma abordagem ateórica da literatura (GODZICH, 1994:274). A

Literatura Comparada serve-se não só do jargão como dos métodos empregados pela Teoria da Literatura, selecionando-os de acordo com o tipo e propósito da abordagem adotada.

Embora a Literatura Comparada já tenha começado a ampliar sua esfera de atuação, deixando de restringir-se ao viés puramente erudito da tradição literária, por influência da Escola Soviética que penetrou no Ocidente a partir dos anos de 1960, foi com a versão norte-americana dos Estudos Culturais, amplamente disseminada nas décadas de 1980 e 1990, que ela realmente registrou um salto significativo, deixando de lado a aura do literário que até então a dominava e passando a contemplar uma gama muito mais ampla de textos, que incluía não só o que antes era designado de popular, e conseqüentemente excluído desses estudos, como também um tipo de produção textual até então considerado como pertencente a outros domínios. Os Estudos Culturais procederam a uma verdadeira desconstrução das estruturas petrificadas da metafísica ocidental, que hierarquizava o conhecimento e privilegiava certas culturas, erigindo-as como modelares, e empreenderam um forte combate a todo e qualquer sistema homogeneizador, e a Literatura Comparada, que já vinha questionando seus princípios tradicionais, imbuíu-se de espírito semelhante e, em franco diálogo com a aquela corrente, desencadeou fortes indagações à idéia de um discurso ou de uma cultura central, uniforme e exemplar, passando a colocar no mesmo plano o que era periférico, marginal ou excêntrico e a valorizar o local, o regional, e tudo o que antes era rejeitado como cultura de massas.

Do mesmo modo que os Estudos Culturais, os Estudos Pós-Coloniais também tiveram um forte embate com a Literatura Comparada, modificando muitos de seus pressupostos e ampliando significativamente o seu raio de atuação. Tendo surgido no contexto de língua inglesa por parte de escritores, e posteriormente de teóricos, que levantaram questionamentos sobre as estruturas subjacentes dos processos de colonização, os Estudos Pós-Coloniais adquiriram uma tal dimensão, que passaram a abarcar todo tipo de contexto onde se verifica uma relação de dominação e subjugo do outro. Os textos dos teóricos do pós-colonialismo, marcados por uma clara proposta política, e na linha da obra seminal *Orientalismo*, de Edward Said, têm como eixo expor e desfazer hierarquias de poder e advogar diferenças, a fim de permitir que as inúmeras vítimas da representação falem por si próprias. No campo da Literatura Comparada, tais pressupostos tiveram um impacto considerável, máxime em dois de seus aspectos: a

crítica ao eurocentrismo que dominara a disciplina desde os seus primórdios e que fora responsável pelo estabelecimento de dicotomias insustentáveis como a de centro e periferia, ou de literatura central e emergente; e o reconhecimento e valorização de toda uma produção até então excluída por ser oriunda de contextos considerados periféricos. Neste último caso, cabe ressaltar que passaram a fazer parte dos estudos comparados textos provenientes não só de locais como a Índia e a África pós-colonial, como também de escritores de diáspora ou pertencentes a grupos minoritários dentro dos contextos considerados centrais.

O intercurso que se verificou entre a Literatura Comparada e a História constitui um capítulo à parte, uma vez que o discurso historiográfico é um dos elementos básicos que compõem os Estudos Literários e que o próprio comparatismo surgiu no bojo da Historiografia literária, tendo em sua fase inicial sido identificado com ela. As aproximações entre a Literatura e a História são muitas e até hoje continuam constituindo objeto de amplos debates, que se estendem desde o processo de representação da realidade em ambos os casos, até as implicações mútuas de uma área na outra. No entanto, o que nos interessa particularmente salientar são as transformações por que passaram ambos os campos de conhecimento com o advento da chamada Nova História, iniciada com o grupo dos *Annales*, na primeira metade do século XX e desdobrada posteriormente em várias versões como a História das Mentalidades ou a História da Vida Cotidiana. Nesse sentido, cabe destacar alguns aspectos que não só transformaram o sentido da historiografia, como também fizeram dela uma disciplina marcadamente comparatista: a ruptura da noção de progressão linear ou evolucionismo em favor de um tempo de longa duração, que leva em conta a relação entre infra e superestrutura, o estabelecimento do que Braudel designou de uma espécie de dialética entre o passado e o presente, e a consciência da História como discurso que lhe confere um sentido de relatividade e a aproxima de outras formas de expressão discursiva, como a literária.

A ruptura da noção de progressão linear em favor de um tempo de longa duração, que inclui o tempo de vida de uma sociedade nos diversos aspectos de sua cultura, ampliou significativamente o âmbito da Historiografia, uma vez que esta deixou de restringir-se aos eventos políticos ou diplomáticos, passando a contemplar também as circunstâncias mais amplas que os condicionaram, e, no caso mais específico da historiografia literária, passou a ser levada em conta, além do cânone, uma gama de



produção anticanônica, mesmo de transmissão oral, e textos até então reservados a outras áreas do conhecimento. A dialética entre o passado e o presente expressou a consciência, hoje fundamental entre os estudiosos, de que a historiografia não é o registro acumulativo de tudo o que se produziu, nem a simples compilação de temas ou formas, mas a reescritura constante de textos anteriores com o olhar do presente, o que significa que os fatos, fenômenos ou acontecimentos relatados são reconstruídos à luz de uma visão comprometida com o tempo e local da enunciação. E, finalmente, a consciência da condição da História como discurso, traço diretamente ligado ao anterior, ao revelar que a narração empreendida pelo historiador é uma seleção de textos e acontecimentos que traduz sempre a óptica de seu porta-voz e as marcas da comunidade a que ele pertence, leva o interesse a incidir muitas vezes mais intensamente sobre as variantes do que sobre as versões oficiais, dando margem a uma série de indagações que enriquecem ao mesmo tempo em que põem em dúvida os dados consagrados pela tradição.

As relações entre a Literatura Comparada e a Geografia acentuaram-se muito nas últimas décadas, sobretudo após os estudos de Bachelard sobre a poética do espaço, e as reflexões sobre o papel daquela disciplina nesses estudos levam geralmente a três orientações básicas, todas elas calcadas numa conceituação geocultural: a mitocrítica, que envolve a mitificação de um *locus* determinado, a tematologia, centrada num topos específico, e a imagologia, esta última voltada principalmente para o confronto entre as imagens que um grupo ou uma população constrói do estrangeiro e de si mesmo. Entretanto, a grande contribuição que o comparatismo recebeu dessa espécie de geocultura foi o redimensionamento do espaço abordado nos estudos literários, que levanta indagações sobre conceitos tradicionalmente aceitos como o de “nação”, que é relativizado pela superposição de outros como o de ‘região cultural’ ou pela inclusão de noções como a de “fronteira”, “zona” ou “centro cultural”, que levam à construção de uma nova cartografia literária. O questionamento do conceito de “nação”, disseminado sobretudo a partir do impacto da publicação de *Comunidades imaginadas*, de Benedict Anderson, afetou de tal modo os estudos comparatistas que ampliou em muito a idéia de “comparatismo interno”, que tem como referência uma região intra ou internacional. A esses pontos some-se ainda o enorme impulso que tiveram nas últimas décadas os estudos de literatura de viagem, que chegam a formar atualmente uma área específica de pesquisa.

Esta espécie de atuação recíproca que se tem verificado nas últimas décadas entre as diversas áreas do conhecimento estende-se muito além do que foi tradicionalmente designado de “interdisciplinaridade”, já que não se trata apenas da presença de aspectos de uma área na outra, mas de uma verdadeira interferência nos paradigmas estabelecidos pela área, de modo a modificá-la significativamente, através da circulação de ideais e objetivos e do reconhecimento de que as diferenças provenientes dessas trocas podem ser fonte de expressivo enriquecimento. A Literatura Comparada sempre foi, em função do seu cunho de transversalidade, uma disciplina marcada pela propensão ao diálogo, e a sua receptividade ao elemento forâneo sempre contribuiu para a sua constante reformulação. Não é à toa, inclusive, que já na época da Escola Americana chegaram a querer aproximá-la de uma sorte de humanismo. No entanto, o conceito de “humanismo” dominante àquela ocasião, se de um lado estava ligado à idéia socialmente aceita de que a literatura, como toda forma de manifestação artística, era patrimônio de toda a humanidade, de outro foi identificada à noção de “universalidade”, que por sua vez se confundiu com a hegemonia de uma cultura – a euro-norte-americana. Além disso, esta visão foi respaldada pela crença falaciosa, disseminada então, da suposta neutralidade da ciência, fato que, no fundo, viria de encontro aos anseios de uma disciplina calcada na investigação e exame de obras literárias. Com o intercurso estabelecido na segunda metade do século XX com as correntes do pensamento mencionadas, que colaboraram para a desconstrução de noções como a do caráter autotélico do texto, e chamaram atenção para a necessidade de contextualização histórica, bem como com a diluição das fronteiras entre as disciplinas, que se tornaram em vez de marcos separatistas, zonas altamente efervescentes de intensos entrecruzamentos, o comparatismo voltou a aproximar-se de uma espécie de humanismo, só que num sentido bastante distinto do anterior. Agora não se trata mais de uma abstração, apoiada por fórmulas generalizantes, mas sim de um humanismo que, na expressão de Pageaux, tem o homem como tema de reflexão e de análise (PAGEAUX). É este tipo de humanismo que vem ganhando terreno na seara do comparatismo, tornando-o uma disciplina que, sem perda de vista de seu objeto primeiro, o texto, agora não só literário no sentido estrito, mas cultural de modo geral, desenvolva estratégias teórico-críticas não só de reflexões sobre ele mesmo, mas sobretudo que possam atuar no campo social de modo a contribuir para a eliminação das exclusões e das desigualdades sociais.

É nesse sentido que se vêm desenvolvendo, justamente nos contextos até recentemente tidos como periféricos pelo comparatismo tradicional, os estudos da disciplina, tanto com relação à produção do contexto central (euro-norte-americano) quanto com relação à de locais distintos dentro desse mesmo contexto, como é o caso dos estudos comparados entre a produção latino-americana e a africana ou oriental, ou ainda entre uma destas produções e a de grupos diaspóricos ou minoritários dentro do contexto central. No caso da América Latina, tais estudos tiveram grande impulso a partir da segunda metade do século XX e chegaram a desencadear toda uma linha de reflexão que constitui hoje ampla bibliografia. Tendo absorvido contribuições valiosas de todas as correntes teórico-críticas mencionadas, e de outras disciplinas com as quais estreitou suas relações, como as referidas acima, a Literatura Comparada é hoje uma área efervescente do saber no continente, como se pode observar, por exemplo, através de seu ensino nas universidades ou na produção de histórias literárias altamente inovadoras, marcadas por uma perspectiva abrangente, que busca contemplar, além do material já presente em histórias anteriores – as instâncias coanônicas –, a produção oriunda de todo o contexto focalizado no projeto de sua construção. No caso do ensino universitário, cite-se a título de amostragem a gama atual de cursos sobre a Literatura Latino-Americana (incluindo-se aí, além da produção dos universos de expressão hispano, luso, e francofônico, a dos demais idiomas falados no continente, até mesmo o das mesclas presentes nos contextos multiculturais), e no caso da historiografia literária, mencionem-se, entre outras, histórias literárias como *Palavra, literatura e cultura*, coordenada por Ana Pizarro, *A History of Literature in the Caribbean*, coordenada por James Arnold, sobre o mundo francofônico da América, e *Literary Cultures of Latin America: a Comparative History*, organizada por Mario Valdés e Djelal Kadir, todas sob a égide da Associação Internacional de Literatura Comparada. Assim como no caso da produção latino-americana, cabe destacar o vigor com que se vêm desenvolvendo, da segunda metade do século XX ao presente, estudos comparatistas como os da produção dos diversos países de língua portuguesa, situados em continentes distintos. Também nesta seara, não se pode deixar de mencionar a importância cada vez maior que tais estudos vêm adquirindo no meio intelectual desses países, expresso pela quantidade significativa de cursos oferecidos nas mais diversas universidades, pela gama de eventos realizados sobre o assunto, e finalmente por publicações e a elaboração de estudos, como novas histórias literárias.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1983.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BRAUDEL, Fernand. *Civilisation and Capitalism 15<sup>th</sup>- 18<sup>th</sup> Century. The Structures of Everyday Life: the Limits of the Possible*. Trad. Sian Reynolds. Londres: Collins, 1981, v. 1.

COUTINHO, Eduardo F. *Literatura Comparada na América Latina: ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

COUTINHO, Eduardo F. & CARVALHAL, Tania Franco, orgs. *Literatura Comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GODZICH, Wlad. *The Culture of Literacy*. Cambridge, Harvard University Press, 1994, p. 274.

MILLER, Hillis. "The Function of Literary Theory at the Present Time". In: COHEN, Ralph. (org.). *The Future of Literary Theory*. N. York: Routledge, 1989, p. 102.

PAGEAUX, Daniel-Henri. *Musas na encruzilhada*. Ensaios de Literatura Comparada. No prelo.

SAID, Edward. *Orientalism*. N. York: Pantheon, 1978.